

reiterada por Monsenhor Melo Peixoto de editar, o mais brevemente possível, as actas do encontro, cuja riqueza e iluminação muito ultrapassam esta simples notícia.

José Carlos Pereira
F.C.H.- U.C.P.



O CLERO SECULAR MEDIEVAL: PATRIMÓNIO E PODER

III JORNADAS DO MESTRADO EM HISTÓRIA E CULTURA MEDIEVAIS

Tiveram lugar nos passados dias 29 e 30 de Maio de 1998 as III Jornadas do Mestrado em História e Cultura Medievais da Universidade do Minho, subordinadas ao tema: *O Clero Secular Medieval: património e poder*.

Área ainda pouco abordada pela nossa historiografia, o estudo do clero secular, da sua organização e composição social coloca problemas específicos, para a resolução dos quais a troca de experiências de investigação e de pontos de vista metodológicos se apresenta de uma enorme riqueza e incentivo ao prosseguimento dos estudos.

Neste contexto, as presentes Jornadas articularam-se em torno de três painéis de comunicações orientados, respectivamente, em torno de um tema comum: *As Colegiadas portuguesas e os seus raçoeiros; Poderes, patrimónios e rendimentos dos cabidos das catedrais; e A vida e a morte dos cónegos medievais*. Em cada um deles foram apresentados alguns balanços ou pontos de situação de trabalhos ainda em curso, a par de resultados de outros já efectuados.

No que respeita ao painel relativo às colegiadas, as comunicações apresentadas incidiram sobre instituições localizadas na região estremenha, ligadas a centros populacionais de importância desigual: Lisboa, Sintra e Óbidos. Instituições eminentemente urbanas, inseridas no tecido urbano e ligadas à sua vivência, as colegiadas constituíram até há poucos anos instituições pouco estudadas. Só mais recentemente e em resultado do esforço de alguns historiadores, a sua organização e os seus patrimónios têm vindo a ser inventariados e analisados.

Santo Estevão de Alfama, S. Martinho de Sintra e as colegiadas de Óbidos foram as instituições estudadas. No primeiro caso, assistiu-se ao balanço possível de um trabalho ainda apenas iniciado por João B. Serra; no segundo foram apresentados alguns dos resultados de uma tese de mestrado de Maria Inês Marques; no terceiro, as conclusões de quem já a alguns anos se tem dedicado a este estudo, como é o caso de Manuela Santos Silva.

As comparações foram, assim, inevitáveis permitindo entrever alguns dos pontos possíveis de aproximação entre os estudos que têm as colegiadas como objecto de análise.

O segundo painel centrou-se na análise de um outro nível do clero secular: o capitular. Com estudos que incidiram sobre os cabidos de três diferentes dioceses: Braga, Viseu e Évora, as comunicações apresentadas constituíram exemplos claros

dos problemas específicos que o estudo dos patrimónios capitulares colocam, nem sempre passíveis de serem comparados com o de outras instâncias eclesiásticas.

Anísio Saraiva e Ana Paula Santos debruçaram-se sobre o património da sé de Viseu a partir de um tomo de 1331. Com uma fonte limitada e datada, o inventário permitiu entrever a diferente composição patrimonial da instituição num dado momento, escapando-se-nos, por tal não ser o objectivo, a evolução da sua composição. Hermínia Vasconcelos Vilar analisou a importância do património urbano para o cabido eborense, procurando retratar as fontes disponíveis para um estudo deste teor. Maria Celeste Ferreira, por seu turno, tentou abordar o difícil tema dos direitos religiosos da diocese bracarense em finais do século XIV.

Com documentação variável, de riqueza e loquacidade desiguais, os estudos em causa constituíram, para todos os efeitos, uma amostra do muito que ainda há para fazer neste campo.

O terceiro e último painel procurava perseguir o rasto de alguns cónegos na vida e na morte. Na vida enquanto membros activos e intervenientes da sociedade urbana, como foi o caso das comunicações de Ana Maria Rodrigues e Maria Antonieta Costa, na morte como testadores privilegiados e preocupados em dispor do futuro dos seus bens e em assegurar a salvação da sua alma, como acontecia com Pedro Afonso, cónego de Guimarães, estudado por Conceição Falcão ou com os cónegos de Braga analisados por Maria Justiniana Lima.

Realçamos, por último, as duas conferências proferidas, respectivamente, por Jacques Pycke e por Héléne Millet, historiadores que, embora em perspectivas metodológicas diferentes, se têm dedicado ao estudo do clero secular. O primeiro, após o seu estudo exaustivo sobre o cabido de Tournai entre os séculos XI e XIII, tem-se dedicado preferencialmente ao estudo da catedral medieval, num sentido mais amplo atendendo, sobretudo, às suas ligações com o tecido urbano. A sua conferência proferida na Universidade Católica em 26 de Maio de 1998, foi disso exemplo.

Nestas Jornadas, ao invés, retomou um tema mais próximo das suas anteriores investigações: o das remunerações canónicas, neste caso na província de Reims ao longo da Idade Média. Tema de difícil abordagem e de muito menos fácil solução, em virtude do carácter das fontes disponíveis, pouco atentas, regra geral, tanto à identificação das diferentes parcelas auferidas por cada cónego como dos seus montantes.

Héléne Millet, precursora dos estudos capitulares numa perspectiva de composição social, fez incidir a sua apresentação numa das áreas a que recentemente mais se tem dedicado: o da participação dos cónegos no serviço régio e no seu contributo para a formação do Estado. Com o título *Le clerc séculier, un homme de service*, Héléne Millet colocou a ênfase na questão do serviço como traço identificador do cónego. Servidor do cabido, do bispo, de uma paróquia, da comunidade de fiéis, do Papa ou do rei, como chanceler, oficial ou embaixador, o cónego medieval encontrava neste serviço a concretização da sua principal função.

Mas através da leitura dos sentidos deste *serviço*, H. Millet, contemporânea de J. P. Genet e de E. Mornet, discípula de B. Guenée, recolocou, mais uma vez, a velha questão das ligações entre o Estado e a Igreja e do papel dos seus membros na formalização das estruturas centrais.

Hermínia Vasconcelos Vilar